

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA

RELATÓRIO INSTITUCIONAL - 2013







MARCO MITIDIERI / CR MÉDIO PURUS – FUNAI



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
PROGRAMA DE DIREITOS, POLÍTICA INDIGENISTA E INFORMAÇÃO À SOCIEDADE	8
PROGRAMA AMAZONAS.....	16
PROGRAMA MATO GROSSO	24
SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL.....	30
PLANO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	36
GESTÃO FINANCEIRA.....	37
EQUIPE DA OPAN EM 2013	38



ESCALA DO PIRARUCU | ARMANDO SOARES FILHO/ CR MÉDIO PURUS – FUNAI

APRESENTAÇÃO

Os últimos anos serão lembrados como aqueles em que a política indigenista brasileira sofreu golpes e retrocessos, colocando em xeque a consolidação de um processo democrático e negando a dimensão pluricultural da formação do Estado brasileiro. Atenta e atuante neste cenário, a OPAN iniciou seus trabalhos em 2013 promovendo em Cuiabá o seminário “Análise de conjuntura da política indigenista e os rumos do indigenismo na atualidade”. O evento foi aberto ao público e reuniu antropólogos, lideranças indígenas, organizações não governamentais e representantes do poder executivo para discutir a nova conjuntura da atuação indigenista no país.

Embalada por um desejo de ampliar a intervenção no campo da defesa de direitos e contribuir com uma maior visibilidade das lutas indígenas, a OPAN inaugurou o Programa de Direitos Indígenas, marcado por seu caráter transversal às demais iniciativas da instituição, conforme destaca a coordenadora desta nova frente na OPAN, **Andrea Jakubaszko**.

Os esforços e desafios cotidianos que envolvem o fortalecimento do protagonismo indígena são compensados com experiências bem-sucedidas como a exitosa despesca de pirarucu manejado pelos Paumari, um dos destaques da atuação da OPAN no Médio Purus, detalhado pelo coordenador do Programa Amazonas, **Gustavo Silveira**. Após cinco anos de trabalhos voltados ao manejo pesqueiro apoiados pela instituição e parceiros, os Paumari obtiveram junto ao Ibama a inédita licença para manejar e comercializar de forma sustentável o pirarucu – a primeira já concedida no Amazonas para um povo indígena. Essas experiências inspiram a continuidade de mais ações no estado em curso pela OPAN junto aos Apurinã e Jamamadi nos campos da organização indígena e da gestão territorial.

Sobre este tema, a instituição teve o prazer de lançar em 2013 os Planos de Gestão Territorial dos povos Manoki, Myky e Nambiquara da Terra Indígena Pirineus de Souza em um grande evento em Poconé (MT), reunindo diversos representantes indígenas e do poder executivo, num diálogo construtivo sobre a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI). Os trabalhos da OPAN no campo gestão territorial na bacia do Juruena também receberam novo ânimo em 2013 com a renovação de projetos, como conta a coordenadora do Programa Mato Grosso, **Artema Lima**. Na região do Araguaia, foram iniciadas ações de etnomapeamento territorial junto ao povo Xavante de Marãiwatsédé, após a conclusão do processo de desintrusão da terra indígena.

No campo da sustentabilidade institucional, foram realizadas importantes discussões ampliadas na instituição para a construção do Planejamento Estratégico da OPAN, além do aprimoramento de técnicas gerenciais, investimento nas equipes com a constituição da “semana Bakté” e das semanas formativas anuais, como contam a coordenadora técnica **Lola Campos Rebollar** e a coordenadora financeira **Rochele Fiorini**. Paralelamente, em 2013 a instituição deu um outro importante passo na trilha do fortalecimento institucional com os trabalhos do Grupo de Trabalho que elaborou o primeiro Plano de Comunicação da OPAN – instrumento fundamental para a estruturação do setor de comunicação em seu papel estratégico de apoiar as intervenções indigenistas e tornar a tomada de decisão mais ágil, consistente e segura.

Boa leitura!

Equipe da Operação Amazônia Nativa

PROGRAMA DE DIREITOS, POLÍTICA INDIGENISTA E INFORMAÇÃO À SOCIEDADE

Pode parecer até uma contradição ver a Operação Amazônia Nativa, que comemora em 2014 os 45 anos de afirmação dos direitos indígenas, inaugurando passada a primeira década do século XXI e após 25 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, um programa de defesa dos direitos dos povos indígenas no Brasil.

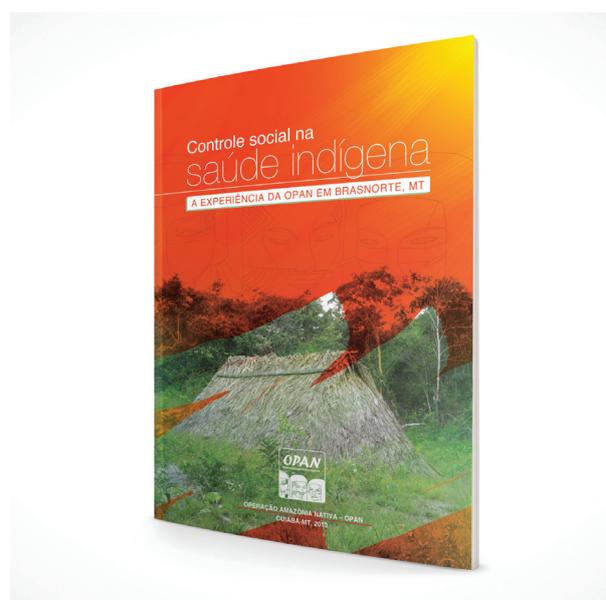
Para quem acompanha a pauta política nacional, não é novidade que o atual governo deixa como marca na política indigenista brasileira um retrocesso que, pela primeira vez na história deste país, coloca em xeque a consolidação de um processo democrático mediante a execução de um projeto societário pautado por interesses privados e que nega a dimensão pluricultural da formação do Estado brasileiro.

Quando o próprio Estado ameaça a integridade das terras historicamente ocupadas pelos indígenas, quilombolas e demais etnias e comunidades tradicionais, seja não efetivando o seu reconhecimento territorial, seja se omitindo no dever da proteção, seja avançando com projetos de lei, de infraestrutura e de emendas constitucionais sobre seus direitos constituídos e suas terras ancestrais, é que se configura o contexto em que a OPAN concentra novamente esforços para encampar um programa que tem como objetivo: “Fortalecer a defesa dos direitos indígenas apoiando a participação e promovendo a articulação política e mobilização dos povos indígenas frente às ameaças que incidem sobre seus direitos constitucionais”.

Este programa, nominado de **Programa de Direitos Indígenas**, é marcado basicamente por seu caráter transversal às demais iniciativas da instituição (Programa Mato Grosso e Programa Amazonas) com a intenção de ampliar o potencial das atividades realizadas nas bases apoiando a interlocução direta entre os representantes e lideranças indígenas e as esferas governamentais. Ele também intensifica os flu-

xos de informação nas aldeias através do monitoramento de políticas que incidem sobre os direitos indígenas e da produção e difusão de estudos, notícias, diagnósticos e documentos subsidiando a ação direta dos povos onde estamos inseridos a partir das demandas que eles nos apresentam.

Estudos e publicações em 2013



ARQUIVO OPAN

SAÚDE INDÍGENA: Por ocasião da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, primeira da gestão da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), a publicação intitulada “Controle Social na Saúde Indígena – a experiência da OPAN em Brasnorte, MT” é resultante da produção do GT de Saúde da OPAN de 2011 e oferece um registro e avaliações de natureza epidemiológica, demográfica, nutricional e histórica da experiência em atenção à saúde dos povos Manoki/Myky e Enawene Nawe durante os 12 anos de prestação desse serviço como conveniada da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

ICMS ECOLÓGICO-MT: Estudo que avalia os mecanismos envolvidos com o repasse e aplicação desse recurso no contexto socioambiental, visando contribuir com o diálogo entre os gestores municipais e estaduais, a sociedade civil e as populações indígenas.

MANEJO PESQUEIRO PAUMARI-AM: Sistematização do processo que culminou na primeira pesca manejada autorizada em uma terra indígena no Amazonas, realizada pelo povo Paumari do rio Tapauá, no contexto de implementação de seu Plano de Gestão Ambiental e Territorial. Tem caráter reflexivo, abordando os diversos olhares dos diferentes atores envolvidos nesta experiência.

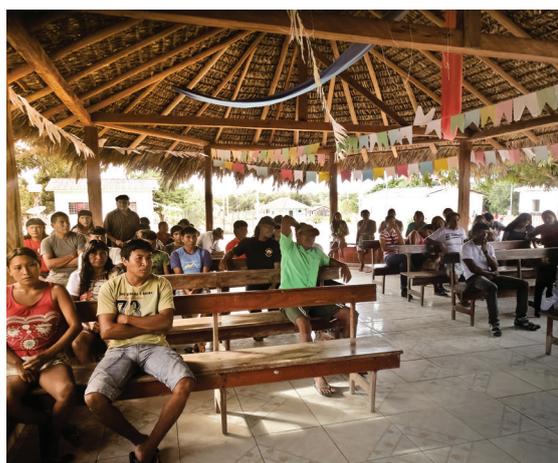
ARQUIVO OPAN



JURUENA VIVO: Material elaborado em parceria com Instituto Centro de Vida (ICV) sobre os impactos dos empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Juruena (MT), segundo a Avaliação Ambiental Integrada publicada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE-2010). Tem como público principalmente os povos indígenas e vem sendo distribuído em eventos de articulação e mobilização social em escalas regional e nacional, como a 10ª Assembleia Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e a 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.

Agenda de encontros e seminários

- **PNGATI – O COMPROMISSO DA IMPLEMENTAÇÃO.** Encontro de comemoração do 1º ano do decreto nº7.747 que institui a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (Funai e Fundação Darcy Ribeiro, Brasília, junho).
- **SEMINÁRIO DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA PRODUÇÃO DE AGROCOMBUSTÍVEIS:** cana-de-açúcar e soja (Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento - Formad, UFMT, junho).
- **ETAPA LOCAL DA 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE INDÍGENA (DSEI Cuiabá, Conselho Local dos Três Povos, Aldeia Cravari, TI Irantxe, julho).** Veja foto abaixo.



DEBORA DURAN / OPAN

- **REUNIÃO DE TRABALHO SOBRE CONSULTA PRÉVIA E CONVENÇÃO 169 – OIT.** Encontro de organizações da sociedade civil para compartilhamento de informações, conhecimentos e leituras sobre o processo de regulamentação que está em curso. (Fundação Rosa Luxemburgo e Terra de Direitos, Brasília, agosto).



PALESTRA DE EVANDRO MORETTO (USP) SOBRE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL LOCAL.

Seminário interno “Empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Juruena”

Promovido pela OPAN e pelo Instituto Centro de Vida (ICV) com o propósito de compreender a dimensão dos impactos dos empreendimentos hidrelétricos previstos para a bacia e descritos na Avaliação Ambiental Integrada do Juruena (EPE-2010), o seminário se debruçou sobre os impactos às áreas protegidas, com destaque para as terras indígenas.

Nesta reunião de especialistas e instituições foram debatidas questões referentes às políticas energéticas e desenvolvimento, impactos das usinas e critérios de negociação, além de

contribuições da sociedade civil na defesa dos direitos indígenas no contexto das hidrelétricas. A reunião visou à formação dos membros das instituições presentes com objetivo de elaborar um diagnóstico representando um primeiro passo na busca de parcerias e levantamento de informações para subsidiar estratégias de atuação sinérgicas no âmbito da bacia do Juruena, ainda carente de iniciativas que estimulem discussões e articulações com vistas a evitar os danos socioambientais provocados pelos empreendimentos hidrelétricos.



- **ASSEMBLEIA GERAL DA COIAB E ASSEMBLEIA DOS POVOS DO MATO GROSSO** (TI Umutina, agosto).

- **ETAPA DISTRITAL DA 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE INDÍGENA (DSEI Cuiabá/ Condisi, Serra de São Vicente, setembro).**
- **REUNIÃO SOBRE A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DA TERRA INDÍGENA MYKY** (Funai, Aldeia Japuira, setembro).
- **ENCONTRO REGIONAL/MT SOBRE O MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO** – Comissão especial da mineração da Câmara dos Deputados (Assembleia Legislativa, Cuiabá, setembro).

- **ENCONTRO PROMOVIDO PELA INTER PRESS SERVICE (IPS)** envolvendo jornalistas, especialistas e ativistas para debater os megaprojetos, principalmente os amazônicos, seus impactos e seu papel na integração latino-americana (Belém, PA, outubro).
- **ENCONTRO INTERNACIONAL DIÁLOGO DE SABERES:** os impactos das represas e da fragmentação dos rios na pesca artesanal e modos de vida locais no Pantanal (Instituto Gaia, Fundação Humedales/WI Argentina, Sociedade Fé e Vida, Cárceres, MT, novembro).
- **CURSO PARA JORNALISTAS “OBRAS DE INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA:** desafios da cobertura midiática e ferramentas de apoio à análise e ao diálogo” (Conservação Estratégica e Fundação Avina, Fundação Skoll, Fundação Moore e Usaid, Brasília, novembro).
- **SEMINÁRIO DE COMEMORAÇÃO DOS 30 ANOS DE APOIO NORUEGUÊS AOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL** (Embaixada da Noruega, Brasília, novembro).
- **5º CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE INDÍGENA** (CNSI, Sesai, Brasília, dezembro).

OSMAR RODRIGUES



PROTESTO DURANTE A CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE INDÍGENA.

- **SEMINÁRIO PARA DEBATER OS IMPACTOS DAS GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA NA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DE MATO GROSSO** (Rede de Educação Cidadã, Fontanillas, Juína, MT, dezembro).

Apoio direto à mobilização indígena

Promovemos neste ano apoio à 10ª Assembleia Geral da Coiab realizada no estado de Mato Grosso, bem como à participação de representantes indígenas na etapa distrital da 5º CNSI e na mobilização nacional dos povos em outubro em Brasília, por ocasião da comemoração dos 25 anos da promulgação da Constituição Federal do Brasil.

Todos esses eventos abordaram temas diretamente relativos aos direitos indígenas, como os Projetos de Lei e Propostas de Emenda Constitucional que estiveram em tramitação durante todo o ano no Legislativo Nacional (PLP 227, PECs 215, 038 e Portaria 303 AGU), além dos processos de formação de base realizados com apoio das equipes da OPAN.

A partir de um pedido da Assembleia da Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira (Opiam), realizada em Humaitá, AM, a OPAN avaliou como oportuno e possível prestar apoio a este evento, com o qual, aliás, a instituição tem relação histórica. Na Assembleia, os indígenas do Alto Madeira pautaram a discussão sobre a usina de Tabajara, projetada no rio Machado (Ji Paraná), prevista para 2014 e inclusa na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Além disso, debateram as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, localizadas no rio Madeira (RO) e Belo Monte, no Rio Xingu (PA). Abordaram ainda, em sua programação, o atendimento à saúde promovido pela Secretaria Especial de Saúde Indígena e outros empreendimentos federais, como a pavimentação da BR 230 (Transamazônica) e o acordo de gestão entre terras indígenas e unidades de conservação.

Destacamos ainda o apoio direto ao povo Manoki em dois contextos de mobilização. Na questão fundiária, contribuimos para ações de vigilância territorial e encaminhamento de documentos e denúncias às esferas governamentais, além da difusão de matérias jornalísticas a respeito da situação de morosidade na indenização, desintrusão, proteção e regularização da TI Manoki ao longo de todo o ano. Esta terra indígena, demarcada desde 2008, carece de homologação, indenização aos ocupantes de boa-fé e desintrusão. Apesar da rotina de vigi-



ANDREIA FANZERES / OPAN

EXPEDIÇÃO MANOKI AO PONTO PREVISTO PARA CONSTRUÇÃO DA PCH MOGNO, NO LIMITE DAS TERRAS INDÍGENAS MANOKI E IRANTXE, NO RIO CRAVARI.

lância territorial empreendida pelos indígenas e os recorrentes flagrantes de retirada ilegal de madeira, desmatamento e abertura de novas estradas, os crimes vêm se intensificando sem que as devidas providências governamentais sejam tomadas. Por isso, ao longo do ano produzimos análises, documentos e mapas com os indígenas e em parceria com outras organizações. Isso representou importante suporte para qualificação das intervenções indígenas e pressões realizadas entre os Manoki em Brasília.

Lamentavelmente, além desta grave situação de ameaça à integridade do território Manoki, que já contabiliza 20% de sua área destruída, nada menos que 11 usinas hidrelétricas estão previstas pelo planejamento energético do governo ou já se encontram em construção nos principais rios que cortam a área: Sangue e Cravari. Em 2013, os Manoki se mobilizaram para compreender melhor a dimensão desses impactos e as ameaças que estão por vir com as próximas usinas. Tal preocupação motivou a comunidade a realizar, em parceria com a OPAN, uma expedição por rios e por terra, percorrendo locais já afetados pela PCH Bocaiuva que, mesmo a 30 quilômetros da TI Manoki, deixou o rio Cravari sem peixe. Este tipo de experiência, vivida e compartilhada nas aldeias e no ambiente escolar, tem contribuído subs-

tancialmente para conscientização e protagonismo indígena na discussão sobre empreendimentos energéticos na bacia do Juruena.

Foram expressivos, em decorrência disso, os protestos indígenas durante a reunião do Conselho Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso (Consema), que por meio do voto de minerva do secretário de meio ambiente referendou a licença prévia da UHE Paiaguá (28MW, rio do Sangue), e as denúncias entregues ao Ministério Público Federal que culminaram, três meses depois, com a suspensão do licenciamento desta usina na Justiça por irregularidades como ausência de consulta e Estudo de Componente Indígena.



ARQUIVO OPAN

ESTUDANTES MANOKI PROTESTAM APÓS LIBERAÇÃO DA LICENÇA PRÉVIA DA UHE PAIAGUÁ, A SER CONSTRUÍDA NO RIO DO SANGUE (MT).

OPAN NA IMPRENSA

Ao longo do ano de 2013, a OPAN produziu notícias que influenciaram regionalmente a pauta indígena, contribuindo para amplificar pleitos dos povos e denunciar irregularidades.



REPRESENTANTES XAVANTE VÃO À BRASÍLIA E ENTREGAM RELATÓRIO SOBRE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DA COMUNIDADE DE MARÃIWATSÉDÉ À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE.

ARQUIVO CNV

Crimes em Marãiwatsédé

Xavante entregam denúncias à Comissão Nacional da Verdade sobre violações aos direitos humanos durante a ditadura.

Uma batalha pelo Sangue

Justiça suspende licença prévia da UHE Paiaguá após denúncias sobre irregularidades.

Contradição suprema

Ao suspender registro da TI Kayabi, ministro do STF confunde ampliação com identificação de terra indígena.

Céu de Brasília... movimento no Planalto Central
Organizações indigenistas se encontram em meio aos conflitos agrários.

Madeireiros à solta

Estradas clandestinas para roubo de madeira retalham TI Manoki. Indígenas cobram homologação da área.

Mato Grosso e a cegueira programada

Sema libera licença para UHE Paiaguá apesar de incontáveis problemas no EIA-RIMA e falta de consulta aos índios.

Um encontro de guerreiros e guerreiras

Na Assembleia da COLAB, indígenas responsabilizam a SESAI pelo desmonte do controle social nos distritos sanitários e elegem nova coordenação.

Hidrelétricas e a invisibilidade indígena

Povos da bacia do rio Juruena são preteridos de consulta prévia sobre mais uma usina no rio do Sangue.

Com as próprias mãos

Morosidade governamental agrava ilícitos ambientais na TI Manoki e indígenas iniciam reação.

Um bom exemplo

Livro destaca experiências de um modelo diferenciado de atenção à saúde indígena.

É TEMPO DE APRENDER COM AS SOCIEDADES INDÍGENAS
Em meio às ameaças aos direitos indígenas, Brasil tem chance de rediscutir valores que regem nosso sistema produtivo.





Terra Indígena Mamboré
Evolução do uso em território

PROGRAMA AMAZONAS



ZILMO PAUMARI

REUNIÃO DE TRABALHO JUNTO COM O POVO PAUMARI.

O Programa Amazonas da OPAN atuou no ano de 2013 na região do Médio rio Purus, no sul do estado. Esta região tem sofrido com o avanço das frentes de desmatamento para expansão de atividades agropecuárias, algo que tende a continuar. Políticas internacionais de infraestrutura e de integração continental buscam facilitar o escoamento da produção agropecuária desta região. Por isso, estradas vicinais e rodovias, que são comprovadamente vetores do desmatamento, ameaçam a integridade dos recursos naturais, essenciais à qualidade de vida das populações indígenas e ribeirinhas. As projeções de desmatamento para o sul do Amazonas indicam risco à enorme diversidade cultural, uma vez que a região é território de dezenas de

povos indígenas e comunidades tradicionais. Este cenário expõe as florestas a grande risco, bem como a rica diversidade biológica, de extrema relevância para a conservação. Garantir um cinturão de proteção e manejo sustentável nesta região é estratégico para conter o avanço do desmatamento na Amazônia.

Frente ao desafio da garantia do direito à terra, assim como de sua integridade, nos últimos anos a OPAN vem apoiando ações de fortalecimento da gestão ambiental e territorial indígena na região de Lábrea, junto aos povos Apurinã da TI Caititu, Jamamadi da TI Jarawara/Jamamadi/Kanamanti e Paumari das TIs Paumari do Lago Manissuã, Paumari do Lago Paricá e Paumari do Cuniuá.



ÁREA DE ATUAÇÃO

PAUMARI

GUSTAVO SILVEIRA / OPAN



O ano de 2013 representou uma quebra de paradigma para o povo Paumari do rio Tapauá. Foi o ápice de um trabalho de manejo participativo de pirarucu que busca alternativas à pesca predatória. Até recentemente, a região por eles habitada sofreu grande exploração dos recursos pesqueiros por agentes externos. Mas, em setembro, os Paumari demonstraram que essa tendência tem tudo para mudar. Eles realizaram a primeira pesca manejada de pirarucu com anuência da Funai e do Ibama, inaugurando uma nova fase para a sustentabilidade pesqueira no Médio Purus.

Desde 2009 a OPAN vem apoiando as ações de vigilância territorial indígena, monitoramento do estoque de pirarucu e fortalecimento da organização comunitária com a elaboração e a implementação do Plano de Gestão Territorial Paumari do rio Tapauá. A dedicação do povo Paumari e essas ações possibilitaram a elaboração do Plano de Manejo do Pirarucu e a solicitação da primeira cota para pesca ao Ibama, órgão responsável pelo licenciamento desta atividade. O pirarucu é uma espécie sobre explorada e sua comercialização é proibida no estado do Amazonas, exceto se manejado.

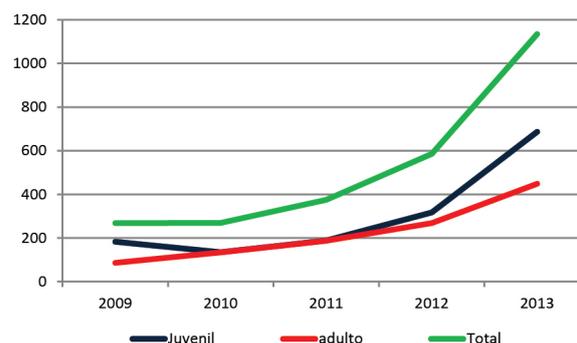
Além desses documentos, os Paumari tiveram o apoio da Conservação Estratégica (CSF Brasil) para a elaboração de um Plano de Negócios para o manejo de pirarucu – o primeiro deste tipo no Amazonas.

Após as etapas de reserva de alguns lagos, protegidos pelos indígenas para não mais permitirem a pesca do pirarucu, e do monitoramento dos estoques através de uma técnica de contagem dos peixes, 2013 foi o ano em que os Paumari finalmente puderam comprovar o resultado de cinco anos de espera e investimento. A primeira despesca do pirarucu foi realizada entre os dias 21 e 23 de setembro e os resultados superaram todas as expectativas. A alegria dos indígenas é indescritível, a possibilidade de realizarem uma pesca manejada representa muito para eles, que começaram a mudar o jeito de fazer e de pensar a sustentabilidade dos recursos naturais na região. Manejar é possível, gera renda e garante o estoque pesqueiro. Representa também uma alternativa viável ao modelo de exploração empregado na região e abre portas para outras comunidades como alternativa replicável.

Alguns dados da primeira pesca manejada:

Ano	Juvenil	Adulto	Total
2009	182	86	268
2010	135	134	296
2011	188	187	375
2012	317	268	585
2013	687	448	1135

Tabela e gráfico com resultado das contagens de pirarucu ao longo dos anos 2009 - 2013



Números da pesca 2013

- Cota solicitada: 50 peixes (acima de 1,5 m.)
- Peixes abatidos: 50
- Tempo de pesca: 2 dias
- Média de comprimento: 188 cm
- Média de peso inteiro: 78,420 Kg
- Média de peso eviscerado: 70,466 Kg
- Morte acidental de juvenis: 02
- Maior peixe: comprimento: 249 cm
Peso inteiro: 181 kg / Peso eviscerado: 166,5 Kg
- Total comercializado na aldeia: 3.523 kg
Preço por kg: R\$ 7,50 / Renda: R\$ 26.422,50
- Reserva para reinvestimento no próximo ano: R\$ 8.402,50 (aproximadamente 30%)
- Valor recebido por cada participante (68): R\$ 265,00



GUSTAVO SILVEIRA / OPAN

APURINÃ

Nos últimos anos, o povo Apurinã da TI Caititu tem demandado de forma latente o apoio da OPAN para se unir e lutar juntos pela defesa de seus direitos. As lideranças Apurinã estavam bastante afastadas e pouco discutiam sobre suas estratégias políticas e gestão do território. A partir daí, no âmbito do “Projeto Conservação da Biodiversidade em Terras Públicas na Amazônia”, a OPAN começa sua intervenção junto aos Apurinã da TI Caititu.

No início do projeto, quando a OPAN promoveu a primeira reunião com representantes de todas as aldeias da TI Caititu, os indígenas temiam por um grande conflito, o que chamaram de “terceira guerra mundial”. O coordenador da Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (Focimp), Zé Bajaga, perguntou aos indigenistas da OPAN se tinham certeza do que estavam fazendo, pois os Apurinã são por tradição um povo muito guerreiro, e os conflitos entre eles ainda eram constantes. Discutir a gestão do território passaria por questões mais profundas. Os Apurinã toparam o desafio e insistiram no pedido de apoio.

Ao longo do tempo a OPAN continuou desenvolvendo os trabalhos voltados para a gestão territorial, apoio ao manejo da castanha e à organização política e suporte ao movimento indígena, envolvendo sempre diversas aldeias em uma mesma ação. Nesse sentido, em maio de 2013 os indígenas realizaram uma grande expedição para o limite sul da TI Caititu, ao longo do rio Puciari, e vários deles tiveram a oportunidade de conhecer uma região que há muito tempo não tem sido manejada de modo constante. Os Apurinã moradores das aldeias mais próximas à cidade de Lábrea e da BR-230 (Transamazônica), que enfrentam escassez de recursos naturais, ficaram admirados com a fartura de caça, peixe e castanhas não explorados.

Emergiu, então, um clima favorável à mobilização entre os indígenas para voltarem a manejar os recursos de seu território. A região do rio Puciari sofre grande pressão por atores externos, que realizam a retirada ile-

gal de madeira e a exploração predatória da caça e pesca. Depois da expedição, os indígenas apresentaram na Assembleia Apurinã – atividade apoiada pelo projeto – uma proposta de proibição de exploração ilegal na região. Ela foi aprovada pela maioria dos indígenas, e será melhor discutida durante a construção do Plano de Gestão.

A proposta de expedição foi, assim, o estopim de um processo que hoje se reflete na elaboração de estratégias para a realização da vigilância territorial na TI Caititu. Os Apurinã mapearam seus principais recursos naturais e lugares sagrados, criando um mapa mental da sua comunidade. Após esse trabalho, uniram todas essas informações num único mapa, produzindo assim o etnomapeamento da TI Caititu. Muitas dessas informações constam no “Diagnóstico da Terra Indígena Caititu”, publicação que contém dados da história, cultura, produção de alimentos, dificuldades e demandas dos Apurinã. Ele subsidiará a elaboração do Plano de Gestão Territorial da TI Caititu, a ser desenvolvido pela Focimp.



ARQUIVO / OPAN

Outra atividade apoiada pelo projeto foi o apoio ao manejo da castanha. A CSF Brasil, em parceria com a OPAN, realizou o monitoramento econômico da produção da castanha nas aldeias Japiim e São Domingos. Foi implementado também secador solar e um galpão para armazenamento, com o objetivo



ASSEMBLEIA DO POVO APURINÃ.

ARQUIVO / OPAN

de fortalecer as boas práticas do manejo da castanha. Além dessa infraestrutura, foram realizadas oficinas de boas práticas de tratamento da amêndoa.

Essas ações tiveram como resultado o melhoramento da qualidade do produto e o fortalecimento da relação, já estabelecida, entre indígenas e a cooperativa local (COOP-MAS), que assumiu o compromisso da compra da produção pagando um melhor preço, além de arcar com os custos da logística de

transporte para escoamento da produção no trajeto aldeia-cidade.

Nos próximos anos, e por meio do projeto “Raízes do Purus”, a OPAN seguirá seu apoio às ações de gestão territorial com atividades que visam fortalecer o manejo da castanha e incentivar as práticas agroecológicas através da agrofloresta, enriquecendo assim a diversidade dos roçados e favorecendo uma maior articulação dos próprios povos, em seus territórios.

ARQUIVO OPAN



MANEJO DA CASTANHA-DO-BRASIL NA TI CAITITU.

ARQUIVO / OPAN

JAMAMADI

O povo Jamamadi, do Médio rio Purus, habita a TI Jarawara/Jamamadi/Kanamanti, que está localizada próxima à margem esquerda do Purus, no município de Lábrea. Os Jamamadi estão distribuídos em oito aldeias e compartilham a mesma terra indígena com o povo Jarawara. A TI Jarawara/Jamamadi/Kanamanti faz divisa com a TI Hi-Merimã, povo indígena isolado, com a TI Banawa e com a Reserva Extrativista do Médio Purus.

Em 2011 a OPAN iniciou uma intervenção mais próxima a esse povo, apoiando o extrativismo da copaíba e discussões sobre gestão territorial. Ao longo de 2013, novas oficinas de boas práticas de manejo da copaíba e de fabricação do óleo de andiroba foram realizadas nas aldeias. Essas ações voltadas à copaíba buscam a recuperação das copaibeiras, antigamente exploradas de forma indevida, e a extração manejada do óleo. Já as oficinas de confecção de óleo de andiroba pretendem gerar uma alternativa extrativista aos indígenas, que buscam uma relação de mercado mais justa com o entorno.

Como com os Apurinã, os Jamamadi têm colhido bons frutos da parceria com a COOPMAS, uma vez que seus produtos são melhor remunerados e sua qualidade aprovada pela cooperativa.

Em agosto de 2013, em uma grande reunião, o resultado final do etnomapeamento Jamamadi foi apresentado nas aldeias. O mapa de uso do território foi elaborado ao longo de um ano e meio de trabalho, após oficinas nas aldeias, discussões sobre o uso do território, expedição aos limites da TI, oficinas para elaboração de legendas, uso de imagens de satélite e sistematização das informações. O “Etnomapa Jamamadi” foi elaborado na língua materna Jamamadi e conta com quase 300 locais mapeados. A apropriação do mapa, pelo povo Jamamadi, como uma ferramenta política é perceptível. Os mapas estão sendo utilizados em sala de aula, reuniões internas e externas e nas ações de vigilância da TI. Esse material servirá de base para a elaboração do Plano de Gestão, que será construído ao longo de 2014 e 2015.

As ações realizadas em 2013 junto aos Jamamadi, possibilitaram uma forte aproximação entre os indígenas e equipe indigenista da OPAN. Essa relação, hoje alicerçada na confiança, é fundamental para a consolidação da parceria instituição-povo e garante os avanços desejados pelos indígenas e pela instituição. Este trabalho impulsionou a Funai (CR Purus) a iniciar novas ações junto ao povo Jarawara, habitante da mesma TI. A coordenação de etno-desenvolvimento da CR Purus realiza também o etnomapeamento junto aos Jarawara, que futuramente subsidiará a elaboração do Plano de Gestão Jarawara.

Parte das ações da OPAN está voltada ao fortalecimento do movimento indígena do Médio Purus. Por isso, a OPAN apoiou a realização de encontros regionais da Focimp nas cidades de Canutama, Lábrea, Pauini e Tapauá, reunindo representantes indígenas da região. O movimento indígena regional cresceu e liderou lutas políticas de seu interesse, fortalecendo-se ainda mais depois da aprovação do projeto para elaboração do Plano de Gestão da TI Caititu.

MARCELINO SOYINKA / OPAN



OFICINA DE ETNOMAPEAMENTO JUNTO AO POVO JAMAMADI.

PROJETOS E PARCERIAS



XIMENA MORALES LEIVA / OPAN

INDÍGENAS DA TI CAITITU ENVOLVEM-SE EM TRABALHOS COM SISTEMAS AGROFLORESTAIS E COMEÇAM A MUDAR SEU MODO DE PRODUIR.

Em setembro de 2013, o Projeto “Conservação da Biodiversidade em Terras Públicas na Amazônia”, um consórcio formado por Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Conservação Estratégica (CSF Brasil), Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM), Associação do Povo Suruí (Metareilá), Kanindé e OPAN, encerrou suas ações, após dois anos de execução. O projeto foi financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) e teve como objetivo contribuir para a conservação da biodiversidade e a gestão de terras públicas no sudoeste da Amazônia brasileira. O fim desse projeto marca uma parceria de cinco anos entre OPAN e Usaid no Amazonas.

Previendo a continuidade dessas ações na região de Lábrea, a OPAN elaborou o Projeto Raízes do Purus, patrocinado desde agosto de

2013 pela Petrobras, através do Programa Petrobras Ambiental. Os bons êxitos alcançados nas ações na região se dão também pela rede de parceria estabelecida entre a OPAN e atores locais. Várias atividades de fortalecimento à gestão ambiental e territorial em curso vêm sendo planejadas e desenvolvidas com várias instituições parceiras, como a Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (Focimp), Cooperativa Mista Agroextrativista Sardinha (Coopmas) e o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM). No apoio à gestão ambiental e territorial, o Programa Amazonas conta com as parcerias do Instituto Piagaçu (IPI), IEB, Funai através da Coordenação Regional do Purus e da Frente de Proteção Etnoambiental Purus, além do Instituto Federal do Amazonas (IFAM).

PROGRAMA MATO GROSSO

Mairāwatsédé livre para os Xavante

O ACESSO AOS LOCAIS DE COLETA E CAÇA

Após o término do processo desintrusão da TI Marāiwatsédé, em janeiro de 2013, os Xavante começaram a realizar expedições ao território, etapa fundamental para a elaboração de seu etnomapeamento. Esta atividade é necessária para a futura construção do Plano de Gestão Territorial da TI Marāiwatsédé, a ser conduzido pela Funai. A primeira expedição aconteceu no mês de maio com a participação de 44 mulheres Xavante. No retorno para a aldeia, foram elaborados na escola mapas mentais com antigos aldeamentos, áreas de coleta, espécies de uso cultural e áreas de caça. Todo o processo de condução desta oficina respeitou a compreensão da língua portuguesa e e requereu tradução das categorias xavante.

O acesso a locais de caça e coleta pelos Xavante em Marāiwatsédé ainda tem sido um desafio em virtude da vulnerabilidade do território. Mesmo desintrusado, o trânsito de caminhões, ônibus e caminhonetes pelo interior da terra indígena gera um clima de instabilidade e ameaça nesta região. Por isso, o encorajamento e apoio dado aos Xavante para que eles reencontrem locais estratégicos para a realização de caça e coleta têm sido um primeiro passo para que possam de fato monitorar, proteger seu território, continuar realizando rituais e conquistar segurança alimentar.

Em julho foi realizada a expedição de caça, coleta e pesca com acampamentos temporários (*Dzo'omori*) no território, com a participação de 37 mulheres, dois homens Xavante, equipes da OPAN e da Funai. Além de avistagem e prática da caça, as mulheres coletaram diversas espécies nativas. Outra área visitada foi o *ró* (Cerrado), um fragmento relativamen-



MULHERES PARTICIPAM DE EXPEDIÇÃO À ÁREAS TRADICIONAIS DE COLETA NA TI MARĀIWATSÉDÉ.

MARCELINO SOYINKA / OPAN

te conservado e uma área de antigos sitiantes, onde as mulheres Xavante fizeram coleta de algodão, banana, buriti, raiz para gripe, leite de árvore para infecção de garganta, limão-grande, além de avistaram pegadas de tamanduá, tatu e onça, terra boa para plantar, cana-de-açúcar, jatobá, *tsatede* (*wedeoro*), cabaça, raiz que pode plantar para fazer xarope e raiz para curar diabetes.

Na área do *Mo'onipá* (antigo Posto da Mata) coletaram grande quantidade de banana, abóbora, batata-doce, babaçu, laranja e macaúba.



ÁREA DE ATUAÇÃO

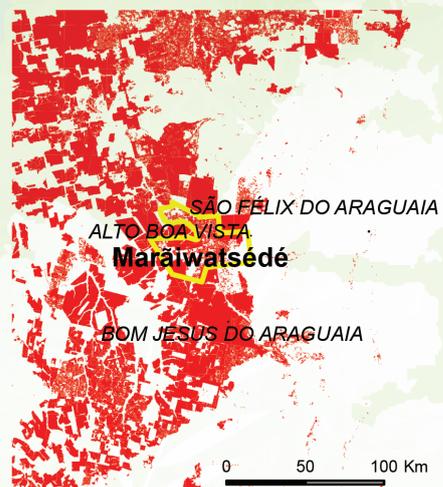
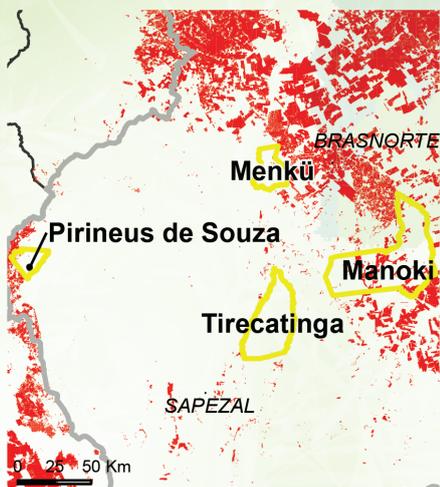
MATO GROSSO



Bioma

- Amazônia
- Cerrado
- Pantanal

■ Desmatamento acumulado até 2011



Participação em eventos

- Palestra realizada na Terra Indígena Bakairi no âmbito do Projeto GATI/FUNAI sobre “Metodologias da OPAN para elaboração dos planos de gestão territorial no MT”.
- Oficina de avaliação da atuação dos projetos patrocinados pela Petrobras na linha de atuação “Fixação de carbono e emissões evitadas”, no Rio de Janeiro.
- Oficina de Avaliação do Programa Petrobras Ambiental para aprimorar a carteira de projetos da Petrobras (INESC), no Rio de Janeiro.
- I Seminário sobre gestão territorial e ambiental em terras indígenas do Rio Grande do Sul, organizado pela FUNAI em Porto Alegre.

Projeto aprovado:

- “(Re)conhecer para recuperar: etnomapeamento como ferramenta de gestão ambiental e territorial da terra indígena Marãiwatsédé”, aprovado pelo Projeto Demonstrativo para os Povos Indígenas do Ministério do Meio Ambiente (PDPI).

Articulação

- Elaboração de Termo de Cooperação Técnica entre OPAN e FUNAI.



EXPERIÊNCIA DE ELABORAÇÃO DE PLANOS DE GESTÃO, COMO NA TI PIRINEUS DE SOUZA, FOI COMPARTILHADA NO SEMINÁRIO SOBRE O TEMA EM PORTO ALEGRE, EM NOVEMBRO DE 2013.

Este foi o único lugar onde conseguiram encontrar duas espécies de batatas tradicionais – *ub-diá* e *mooní waparú*. Todas estas áreas de coleta e caça foram georeferenciadas para a edição de um mapa de uso e ocupação do território.

BOAS PRÁTICAS NO USO DO FOGO

No mês de junho, os Xavante participaram de uma oficina na aldeia com o Instituto Socioambiental (ISA) e a OPAN para discutir estratégias para o uso do fogo no território recém reconquistado. Representantes Kisêdjê, do Parque Indígena do Xingu, visitaram Marãiwatsédé para esta troca de conhecimentos, quando relataram sua experiência na contenção dos incêndios dentro de seu território.

Os Xinguanos explicaram que o fogo não era um problema, mas ultimamente ele tem sido mais frequente em decorrência do desmatamento e das pastagens. A caça começou a ficar mais longe, a lenha também. Antigamente, os indígenas percebiam com mais clareza os sinais da natureza sobre a hora certa de usar o fogo. A estrela, o rio que baixava, o trovão. Agora, o fogo está correndo mais. E, em sua percepção, o tempo mudou. A umidade do Xingu diminuiu muito. E para lidar com essas mudanças, passaram a reconhecer o que era fogo bom e fogo ruim.

Os Xinguanos contaram aos Xavante que não era só a roça que estava fazendo fogo grande. Eles descobriram que as pescarias e as coletas de mel também causavam incêndios. Em 2010, cerca de 10% do Parque Indígena do Xingu pegaram fogo. Desde então, têm acontecido campanhas nas aldeias para que o fogo diminuísse, com orientações mais claras sobre os horários para atear fogo e o mês de fazer queimada. Eles contaram que esperam cair a primeira chuva para queimar. Se ela não vier, o vento leva o adubo da terra e os plantios ficam “mais fracos”.

Em Mairãwatsédé, alguns graves problemas de saúde acometem principalmente crianças e idosos por causa do fogo, como o hábito de cozinhar dentro das casas, produzindo fumaça próximo às crianças e idosos, mais vulneráveis a desenvolverem doenças respiratórias. A



DISCUSSÃO SOBRE MANEJO DE FOGO EM MARÃIWATSÉDÉ.

oportunidade de conhecerem as experiências xinguanas provocou reflexões entre os Xavante sobre a elaboração de um zoneamento do fogo em Marãiwatsédé. Um dos objetivos é, neste novo cenário, pensar no plantio e no manejo de espécies resistentes ao fogo, como o inajá, muito presente em seu território. Outras como o ingá, a seringa, a banana brava e a mescla também seriam opções para proteger áreas estratégicas e favorecer a dispersão de sementes.

“Antes do contato os xavante queimavam para caçar e nunca acabou a natureza com o fogo que faziam, pois sempre a natureza se recupera. Também fazem fogo para matar cobra e carrapato. Mas e hoje? Quem acaba com a natureza é fazendeiro. Está acabando a raiz da natureza. Os parentes também queimam, mas não usam trator. Trator arranca a raiz e a planta se perde. Em 1966 a mata era fechada ai colocaram fogo, passaram trator e acabaram com tudo, com planta e com caça. Quem nasce na cidade não conhece nada disso, não sabe dessas coisas importantes”. (Damião Paridzané, cacique do povo Xavante de Marãiwatsédé)”



ANDREIA FANZERES / OPAN

REPRESENTANTES DOS POVOS DA TERRA INDÍGENA PIRINEUS DE SOUZA APRESENTAM SEU PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL EM CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO JUNTO AOS MANOKI E MYKY, EM POCONÉ (MT).

Territórios e povos da bacia do rio Juruena

ARTICULAÇÃO INDÍGENA

Em março deste ano foram lançados oficialmente os Planos de Gestão Territorial das Terras Indígenas Manoki, Myky e Pirineus de Souza, no município de Poconé, com a participação de 150 pessoas, entre indígenas, parceiros e representantes do governo.

Os indígenas apresentaram os seus planos de gestão territorial e apontaram a necessidade de estabelecer processos permanentes de fomento à sustentabilidade nas terras indígenas, associando alternativas econômicas e proteção ambiental. Nos planos de gestão, os povos deixam claro que a viabilidade socioeconômica e cultural de suas comunidades está diretamente relacionada à garantia de acesso e manejo de seus territórios tradicionais, dando, desta forma, o recado ao governo de que a etapa de reconhecimento e demarcação de terras indígenas não é passado no país. Pelo contrário, uma demanda fundamental e muito presente entre eles.

Após apresentações culturais e discursos

emocionantes, no encerramento do encontro foi elaborada uma “Carta à PNGATI”, em que os indígenas reivindicam a regularização fundiária, exigindo agilidade juntos aos processos de identificação, demarcação e homologação dos territórios, pois sem eles não é possível fazer a gestão. Nesse sentido, fizeram questão de frisar que os planos de gestão refletem o modelo de desenvolvimento que os povos escolheram para si, e que precisa ser respeitado pelo Estado Brasileiro, em especial pelos programas de governo como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Melhorias na saúde e educação indígena também foram pleitos recorrentes e essenciais a todos os povos, tanto para aqueles que fizeram os seus planos de gestão como aos que ainda não os têm.

Manejo e uso do território Manoki

A apicultura é uma atividade econômica de grande importância e aceitabilidade entre os Manoki. Eles mantêm junto a outros povos da região um status de bons conhecedores das técnicas apícolas, dominam desde a captura dos enxames à produção do mel. Realizar ofici-



APICULTORES MANOKI PREPARAM-SE PARA PARTICIPAR DE OFICINA DE BOAS PRÁTICAS DO MEL.

nas de aprimoramento de novas técnicas para o manejo apícola é uma das ações contempladas no seu plano de gestão territorial. Em 2013, participaram da formação 23 pessoas em vários níveis de domínio e conhecimento – desde apicultores mais experientes e perseverantes àqueles com menor prática e ainda alguns jovens iniciantes com pouco ou nenhum contato com a atividade.

Naquela oportunidade, os indígenas ressaltaram a importância de ter autonomia em relação à manufatura e manutenção própria dos equipamentos, dos registros de controle-planejamento, calendário de floradas, controle de enxames, listas de checagem etc. Sendo assim, a dinâmica da oficina obedeceu ao princípio do diálogo intercultural e ao intercalar momentos de teoria e prática, compartilhados com os apicultores indígenas – suas habilidades, conhecimentos e disponibilidade.

Foram manejados 13 enxames, além da restauração do apiário-escola que estava abandonado há pelo menos um ano. Lá, eles puderam exercitar várias operações de manejo importantes para impulsionar novamente essas atividades, entre as quais: recuperação de rainha, troca de todas as caixas que já estavam em estado de deterioração, recuperação e manutenção do apiário, troca dos girais, colocação de

sobre-caixa e até colheita de mel, a proteção dos enxames, colocação, utilização e disposição adequada dos equipamentos.

IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO TERRITORIAL NA BACIA DO RIO JURUENA

Em 2014 e 2015, os povos Manoki, Myky e Nambiquara da Terra Indígena Pirineus de Souza continuarão recebendo apoio para implementação de ações contidas em seus planos de gestão, por meio da renovação do Projeto Berço das Águas, executado pela OPAN com patrocínio da Petrobras, através do Programa Petrobras Ambiental.

As ações previstas contemplam o apoio às roças, beneficiamento do pequi e intercâmbio de sementes, as expedições de monitoramento do estado de conservação dos territórios e a elaboração do Plano de gestão da Terra Indígena Tirecatinga (que ficou fora da primeira etapa do projeto). Está prevista ainda a publicação de dois livros: o primeiro sobre as metodologias e experiências da implementação dos planos de gestão territorial e outro sobre o manejo indígena e o clima, além da organização do seminário regional para os povos da bacia do rio Juruena.





SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

Reflexões e desafios institucionais

Um dos grandes desafios institucionais que nos colocamos em 2013 foi aprimorar nosso planejamento estratégico. A partir de uma reflexão da conjuntura atual iniciamos o ano com a organização do seminário “Análise de conjuntura da política indigenista e os rumos do indigenismo na atualidade”. Contamos com a presença de convidados indígenas, representantes do Ministério Público Federal, governo e organizações indigenistas que contribuíram com diversas reflexões.

Para o indígena Daniel Cabixi, “o movimento indigenista e indígena paulatinamente tem conseguido ampliar seus espaços de luta e, sobretudo, conseguir importantes vitórias, estou otimista”. Esse otimismo contagiou o antropó-

logo José Augusto Sampaio, da Anaí, que fez uma interessante análise macro econômica e problematizou a defesa dos interesses indígenas na economia atual. “Imagine o que é para o pensamento capitalista você ter 50% do território que não é mercadoria. Isso é um absurdo. Temos que saber defender isso”.

Outros exemplos foram citados em meio a análises sobre as ameaças e oportunidades dentro e fora do governo à atuação indigenista e aos direitos indígenas. O assessor parlamentar Felisberto Damasceno ressaltou que o papel das organizações neste contexto é de luta permanente. “Essa visão de que a lei é uma coisa sagrada e intocada não existe. Ela pode ser alterada. Não se pode mexer em algumas questões que são causas pétreas. Este é o jogo. Usando a expressão dos cristãos: “Orai e vigiai”.

A então procuradora da República do MPF, Márcia Zollinger, atentou didaticamente para as questões legislativas mais preocupantes e



SEMINÁRIO “ANÁLISE DA CONJUNTURA DA POLÍTICA INDIGENISTA E OS RUMOS DO INDIGENISMO NA ATUALIDADE”, REALIZADO EM FEVEREIRO DE 2013 EM CUIABÁ.

ARQUIVO / OPAN

ressaltou como estratégica a mobilização indígena qualificada e ágil em Brasília, assim como a intervenção nos meios de comunicação, para ajudar o judiciário nas tomadas de decisão. “Temos que permitir que os indígenas conversem com os ministros, desembargadores, com apoio das ONGs. A comunidade tem que se fazer presente, pedir audiências públicas, entrar como *amicus curis*. O caminho é esse, de articulação e de mobilização”, disse.

Rony Paresi, jovem liderança que esteve no centro da articulação indígena em Mato Grosso responsável pelo bloqueio das principais estradas do estado em protesto contra a Portaria 303 da AGU, considerou o movimento um marco. “Conseguimos a suspensão da portaria. Não foi tanta coisa, mas o governo sentiu que o índio tem força, e ela não depende dos aliados apenas, mas de nós mesmos. Se estivermos desunidos, desarticulados, sem objetividade, não vamos a lugar algum. Com isso, os aliados terão um norteamento sobre como poderão nos ajudar”, ressaltou.

O secretário de Articulação Social da Presidência da República, Paulo Maldos, analisou que Marãiwatsédé mostrou como as oportunidades podem superar as ameaças, citando que os indígenas conseguiram se manter no papel de protagonistas, sendo isto fundamental para o êxito da desintrusão. “Nós somos seus aliados. Temos um vasto campo para recuperar, a formação política, qualificação desse protagonismo.” (*OPAN. Relatório Seminário Anual, 2012, p.2-3*)

Com esse nível de discussão, fomos fortemente instigados com a riqueza das apresentações e, depois disso, nos debruçamos internamente na reflexão das múltiplas inquietações que nos movem atualmente. Para isso tivemos a participação de alguns indigenistas que em muito contribuíam com a história da OPAN, como João Dal Poz, o fundador da OPAN, Egydio Schwade e Fernando Penna Sebastião, atual diretor secretário.

A revisão do papel e da ação do indigenista de hoje, a profissionalização do trabalho indigenista junto ao desafio que supõe manter a qualidade nos processos e metodologias na relação com os índios, conciliando tempos (da sociedade indígena, da instituição, dos financiadores, etc.) foi tema apontado por Sebas-

tião: “A gente não pode perder a capacidade de olhar para os índios de verdade, os índios que existem, não os índios ideais” (idem, p.25). Como garantir a preservação da “escuta diferenciada” que perpassa o histórico da OPAN como princípio essencial?

O ex-opanista João Dal Poz Neto provocou o debate quando ele partiu da ideia de que uma instituição “sempre faz duas coisas: tem uma ideia sobre si mesma, um princípio, e depois (a preocupação de) como ela se reproduz, e se mantém no tempo”. As instituições podem estar focadas em si mesmas, segundo João, ou podem, como no caso da OPAN, ter o objetivo fora de si, onde o sujeito é o “outro”. Nesse caso é fundamental se perguntar: “O que a instituição escolhe como problema? (...) Tomar o problema é produzir uma solução. Uma instituição está obrigada a isso. O que a OPAN está disposta a tomar como problema hoje?”.

Nesse sentido, há tempos estamos revisitando os problemas escolhidos, os caminhos, objetivos e as estratégias a médio prazo, num exercício coletivo e progressivo que deve se estender em 2014 através do Planejamento Estratégico.

Algumas questões se tornam relevantes na dimensão interna e externa da instituição e na articulação de ambas as dimensões:

- O fortalecimento de espaços colegiados, deliberativos, inter-temáticos.
- A busca de uma gestão de recursos orgânica, co-participada, evitando o tipo de burocratização que emperra os processos criativos e dialógicos.
- Apostar em uma captação de recursos diversificada (e para isso nos colocamos inicialmente o desafio de desenhar um plano de captação de recursos que não fique na “superfície” das coisas).
- O fortalecimento de uma práxis, que investe não só na ação, mas na reflexão, nas análises, na “digestão” do que fazemos no contexto que vivemos, (portanto, priorizando de igual a igual esse tempo) interligando o local, o regional e o nacional.
- A valorização e promoção de relações cooperativas, solidárias, inovadoras, transparentes.

- Aprimorar uma formação indigenista que parta do diálogo “índio – não índio”, evitando a cilada de nos transformar em “ego-especialistas”, em direção à construção de um projeto comum de sociedade.
- A busca de novos “tipos de aliança” nos vários setores da sociedade: academia, movimentos sociais (camponeses, mulheres, quilombola, indígenas, etc.), governo, Ministério Público, cooperativas, empresas, etc., partindo da possível convergência de interesses na busca de uma “Aceleração de Impactos Positivos” sobre as populações atingidas por problemas/desafios conexos.
- A incorporação qualificada e estratégica do componente comunicação (interno e externo) aprimorando um plano que perpassa todo o “fazer/dizer” institucional.

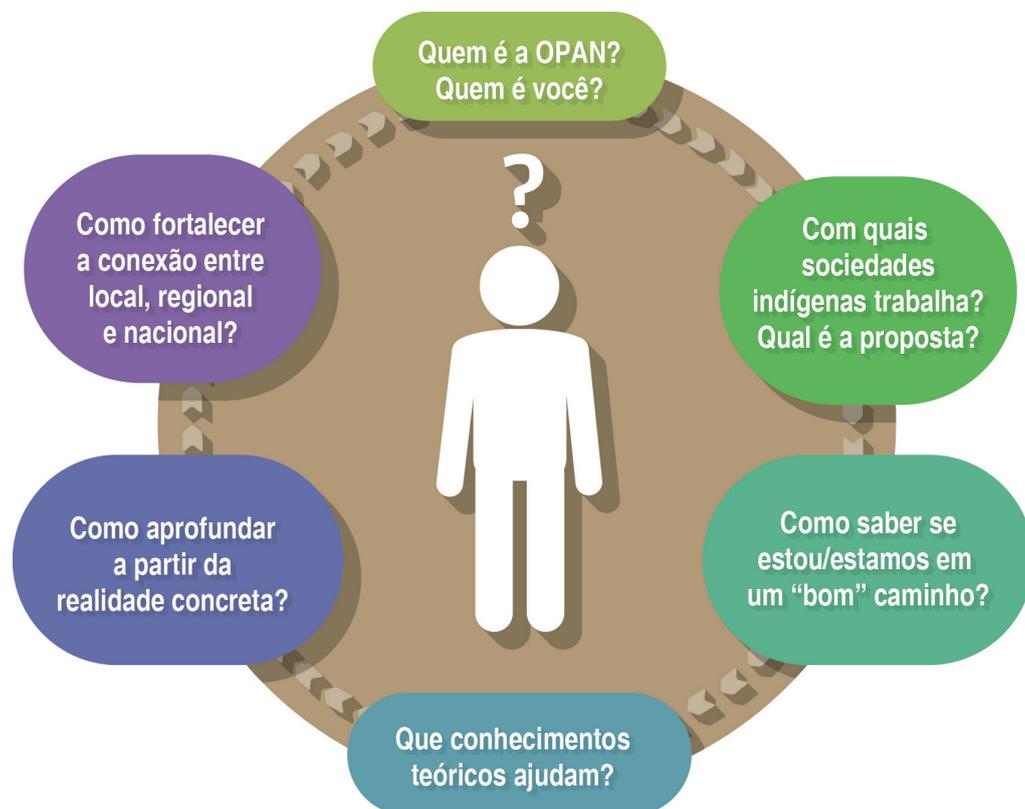
Portanto, em 2013, dedicamos esforços para o aperfeiçoamento dos processos de pla-

nejamento, monitoramento e avaliação institucionais. Realizamos vários encontros com ajuda de consultores, investimos na recomposição de equipes e na consolidação de processos formativos diversificados. Investimos na melhora de infraestrutura e equipamentos. Demos os primeiros passos em uma nova frente institucional em defesa dos direitos indígenas.

SOBRE O MODELO DA FORMAÇÃO INDIGENISTA:

A OPAN historicamente tem se preocupado, de forma relevante, com a formação indigenista de seus membros. Desde os anos de 1970, se constituiu como uma prioridade para a sociedade civil organizada conhecer os povos indígenas e lutar pela sua preservação física e cultural. A OPAN mergulhou numa convivência nas aldeias e a partir daí estruturou um modelo formativo para novos indigenistas, que na época era um dos grandes alicerces institucionais de caráter abrangente, com cursos intensivos, seminários e estágios de amplo currículo.

QUESTÕES





A partir do final dos anos 80, com uma nova Constituição Federal (1988), com o protagonismo e a visibilidade crescente dos movimentos indígenas, com a emergência dos problemas ambientais mundiais, com as profundas mudanças econômicas e políticas, com a chegada do terceiro setor e as novas relações com o Estado, a proposta formativa passou por alterações, influenciada também pelas novas gerações, que vinham com outros referenciais culturais e políticos, com novas necessidades e anseios.

Nesse sentido, no último triênio (2011-2013) realizamos uma busca e análise do processo histórico formativo da OPAN¹ com intuito de compreender as mudanças desse percurso e as potencialidades atuais visando a reconfiguração de uma proposta melhor adaptada ao novo momento.

Algumas questões dariam o tom da reconstrução: a proposta política institucional, o equilíbrio dos “tempos”, os espaços (local, regional, nacional; individual, coletivo), as temáticas e os atores.

A formação na OPAN é permanente, porém a chegada das pessoas é um dos momentos chave para desenvolver ou não a empatia necessária com o trabalho e objetivos institucionais, e para a localização pessoal e política do recém-chegado. Isso se torna importante uma vez que hoje muitos são jovens, provenientes de centros urbanos, não raro com pouca experiência vivida em organizações não governamentais “horizontais”, ou na dinâmica intercultural com sociedades tão diferentes da nossa.

Por tudo isso, priorizamos no período da chegada de membros novos um tempo para a compreensão de quem é essa OPAN, sua história e seu projeto político, assim como valores, ideias do novo integrante (período do Bakté²). Desenvolvemos também semanas formativas anuais e seminários com temas de relevância para o diálogo com os povos indígenas (antropologia, políticas públicas, gestão territorial, infraestrutura, etc.) quando todas as equipes se encontram, favorecendo a troca e entrosamento do coletivo. No processo formativo, contamos ainda com assessorias de campo que auxiliam na reflexão da prática *in loco*, apoiamos iniciativas de formações individuais, participação em fóruns e eventos, motivando e aprimorando a capacidade de cada um de nós e visando a permanente articulação com outros atores.

Lola Campos Rebollar
Coordenadora técnica da OPAN



1● Foi desenvolvida uma pesquisa de mestrado, na Universidade Federal de Mato Grosso, intitulada: “Os processos formativos na OPAN e os novos desafios político-pedagógicos”.

2● O Bakté é um cesto xavante onde se transportam além das crianças recém-nascidas, os frutos e sementes das coletas. Usamos essa imagem para criar o “jogo do Bakté”, como primeiro período de formação.

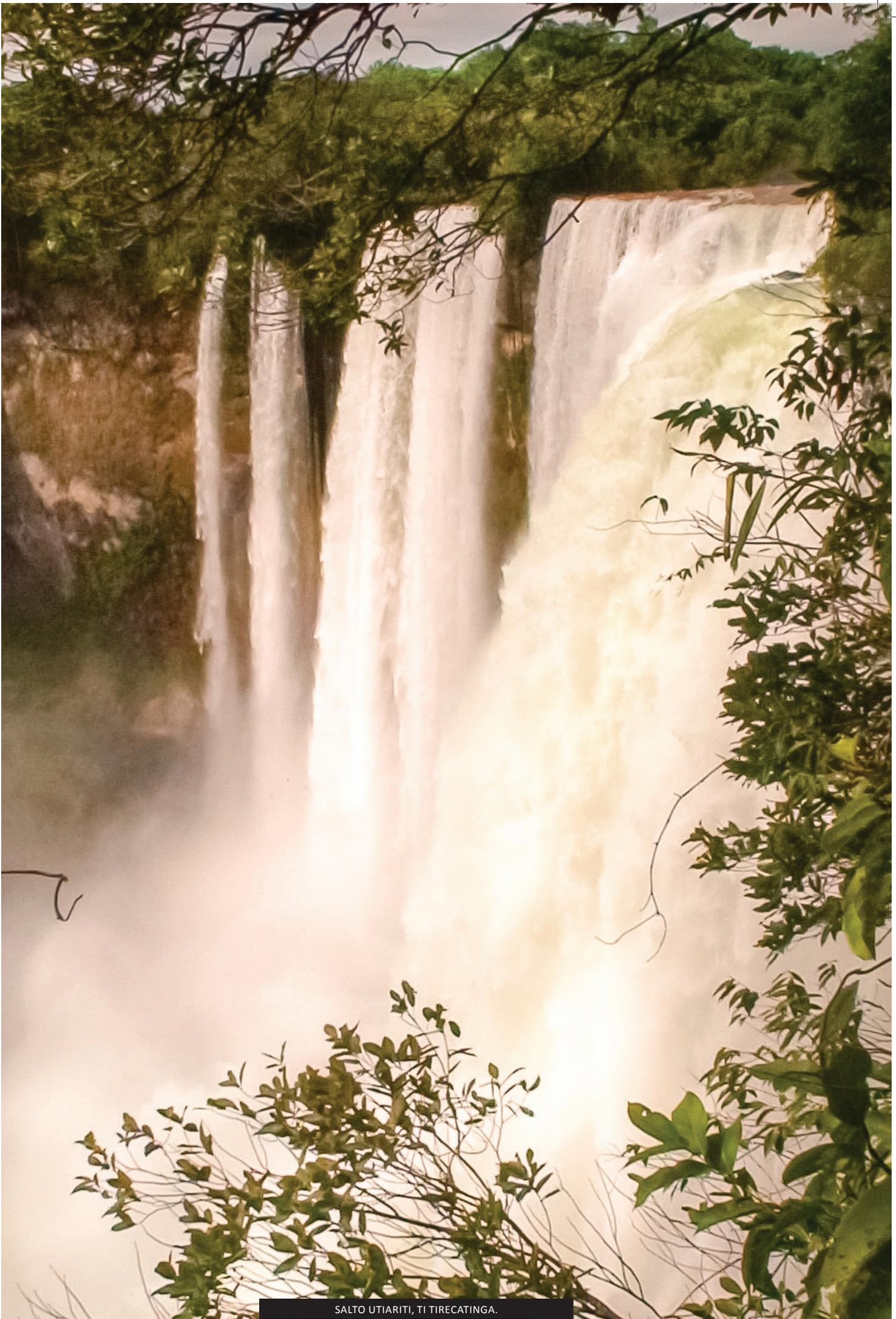
Mudanças climáticas

A OPAN mantém-se engajada em discussões sobre mudanças climáticas e povos indígenas, tendo em 2013 se dedicado principalmente às seguintes atividades:

1. Registro das perspectivas nativas sobre desmatamento e conversão de biomas em monoculturas, seus impactos sobre o meio ambiente e o clima, expressos nos Planos de Gestão Territorial dos povos Manoki, Myky, Nambiquara da Terra Indígena Pirineus de Souza e no Diagnóstico Territorial Apurinã. Os povos têm problematizado essas questões com os manejos tradicionais realizados em harmonia com a floresta.
2. Oficinas que discutiram o manejo do fogo em parceria com Instituto Socioambiental (ISA) e formação de brigadistas indígenas em Marãiwatsédé, junto ao Ibama.
3. Plantio de mudas nativas e reflorestamento de cabeceiras e recuperação de áreas degradadas.
4. Avaliação e cálculo sobre fixação de carbono e emissões evitadas na Terra Indígena Irantxe, realizado pela empresa ICF Consultoria do Brasil, no âmbito do encerramento da primeira etapa do Projeto Berço das Águas.
5. Na participação direta da OPAN no Plano de Prevenção e Combate de Queimadas e Desmatamento do estado de Mato Grosso (PPCQD/MT) como representante da sociedade civil.
6. Na participação direta da OPAN no Fórum de Mudanças Climáticas do estado de Mato Grosso, organizado pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente (SEMA/MT).



***“Não há bem-viver, desmata, não conserva, acaba com tudo. Derruba para plantar, desmata cabeceira para fazer lavoura. Estamos cercados de lavouras contaminadas por veneno. Nós cuidamos do nosso ambiente”.
(Plano de Gestão Territorial Myky)***



SALTO UTIARITI, TI TIRECATINGA.

PLANO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Em 2013, a OPAN concluiu a elaboração de seu Plano de Comunicação, fruto do trabalho de diversos membros da instituição que há pelo menos cinco anos têm se dedicado a estruturar e fortalecer a capacidade de comunicação da OPAN com base nos princípios e na sua missão institucional.

Em 2011, a OPAN inaugurou um setor de Comunicação ainda de forma incipiente, mas mesmo antes disso, ao longo de sua história, não deixou de realizar diversas ações e produtos de comunicação com alta qualidade e relevância. Nesta nova fase, a instituição percebeu as limitações para exercer uma ampla gama de ações de comunicação, especialmente em contextos exigentes e de conflito, cumprindo ainda as obrigações de transparência e divulgação dos programas e projetos, bem como a realização de assessoria de imprensa, elaboração de materiais, e, também, contribuições com o planejamento e a implementação da estratégia de comunicação da instituição.

No decorrer desses últimos anos, a OPAN teve a oportunidade de experimentar diferentes modos de exercer suas ações de comunicação, desde a perspectiva da comunicação externa e interna, em âmbito de projeto, em campanha, em contextos de crise, etc. Tais vivências indicaram a necessidade de estruturação do setor de Comunicação, assim como estabelecer seus fluxos, procedimentos, rotinas e dinâmica institucionais, para que esta emergente área de atuação cumpra seu papel primordial e estratégico de apoiar as intervenções indigenistas executadas pelas equipes da OPAN.

Após discussões internas desde a Assembleia Geral de 2010, a instituição reconheceu a necessidade de adotar procedimentos e critérios claros para nortear o trabalho de comunicação, tornando a tomada de decisão institucional mais ágil, consistente e segura.

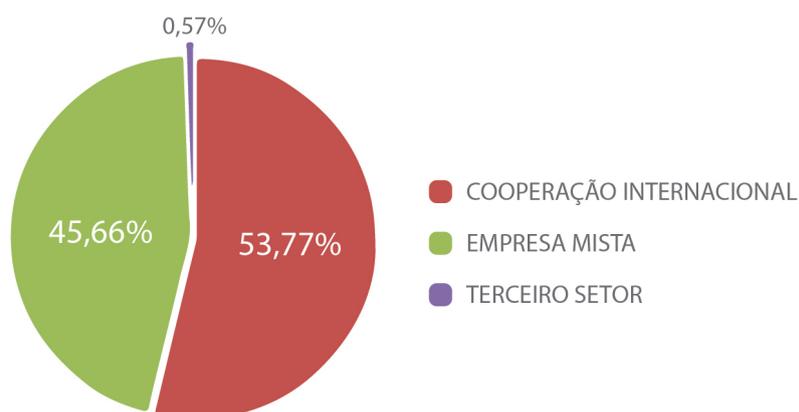
Deste modo, em 2013, foi formado um Grupo de Trabalho composto por membros da OPAN e interessados no tema que, com apoio de consultoria, elaborou o Plano de Comunicação levando em consideração as especificidades do trabalho indigenista, sua história, identidade institucional e configuração de equipes.

O conteúdo deste trabalho é dividido em duas partes: a primeira refere-se à implementação de políticas e procedimentos de comunicação ordinários e extraordinários, respeitando fundamentalmente as características identitárias e valores opanistas. A segunda parte dedica-se à organização interna do setor, seu funcionamento, suas atribuições e responsabilidades. A partir de 2014, esses procedimentos entram na etapa de internalização e aprimoramento, fundamentais para que a comunicação contribua de modo significativo para o processo de fortalecimento institucional.

Grupo de Trabalho de Comunicação 2013
André Lopes, Andreia Fanzeres,
Marcelino Soyinka, Vinícius Benites Alves,
Ximena Morales Leiva

GESTÃO FINANCEIRA

CENÁRIO DE CAPTAÇÃO 2013



PARCEIROS/PROJETOS	ORIGEM DOS RECURSOS	RECEITAS (R\$)	DESPESAS (R\$)
EMBAIXADA DA NORUEGA / FORTALECIMENTO	INTERNACIONAL	915.457,28	883.633,95
MISEREOR / MANOKI	INTERNACIONAL	98.203,69	98.203,69
MISEREOR / FORMAD	INTERNACIONAL	92.941,36	92.941,36
MANOS UNIDAS / XAVANTE	INTERNACIONAL	188.135,32	111.182,63
USAID / CONSBIO	INTERNACIONAL	591.352,98	582.961,61
PETROBRAS AM/ RAIZES DO PURUS	EMPRESA MISTA	1.317.382,00	700.144,63
PETROBRAS MT/ BERÇO DAS ÁGUAS	EMPRESA MISTA	283.938,36	528.650,92
CESE / FORTALECIMENTO	TERCEIRO SETOR	20.000,00	8.532,11
		3.507.410,99	3.006.250,90

Somos uma organização que possui estabilidade, uma boa estrutura e capacidade técnica gerencial, em constante processo de aprimoramento na gestão de recursos e execução das ações planejadas nos projetos. Os 45 anos de experiência institucional nos garantem serenidade no desenvolvimento de novas propostas e no cumprimento dos objetivos da OPAN. A gestão administrativa e financeira tem sido a cada ano mais eficaz, eficiente e efetiva – itens importantes para termos credibilidade dos parceiros e investidores na captação de recursos.

Por isso, aprimoramos nos últimos anos algumas técnicas gerenciais, investindo em discussões ampliadas sobre planejamento estratégico, estruturação do setor da comunicação e, mais recentemente, na captação de recursos, avaliações e monitoramento das ativida-

des estratégicas da instituição, além da capacitação técnica dos recursos humanos. Por meio de uma gestão mais participativa e descentralizada, foi possível atingirmos resultados concretos que possibilitam acessar novos recursos.

Para além dessas iniciativas, em 2013, a OPAN iniciou os primeiros testes no sentido de experimentar a geração de recursos próprios com ações de mobilização, que teve apoio específico e fundamental da CESE, como a realização de eventos e venda de produtos. Assim, e cada vez mais, OPAN vive um momento de busca por uma maior diversificação de fontes de financiamento, através de fontes nacionais e iniciativa privada, com vistas a consolidar sua sustentabilidade institucional.

Rochele Fiorini
Coordenadora financeira da OPAN



EQUIPE 2013

Conselho diretor

Presidente: Edmundo Antônio Peggion
Secretário: Fernando Penna Sebastião
Tesoureiro: Marcelo Carlos Moreira

Coordenação executiva

Coordenador geral: Ivar Luiz Vendruscolo Busatto
Coordenadora técnica: Lola Campos Rebollar
Coordenadora financeira: Rochele Fiorini

Administração e logística (sede)

Fernanda de Oliveira Silva
Neila Raquel Solano
Lucirlene Silveira
Estagiário: Luiz Antônio Rocha

Programa de Direitos Indígenas

Coordenadora: Andrea Jakubaszko
Andreia Fanzeres

Programa Amazonas

Coordenador: Gustavo Falsetti V. Silveira

Indigenistas:

Diogo Henrique Giroto
Magno Lima dos Santos
Vinícius Benites Alves

Auxiliares de logística:

Carlos Rodrigues Araujo
Francisco Pinheiro de Souza

Programa Mato Grosso

Coordenadora: Artema Lima

Indigenistas:

Renata Guerreiro
Debora Duran
Victor Amaral
Luana Fowler
Sayonara Silva

Paulo Jasiel Varalda
Marco Tulio Ferreira
Danilo Guimarães
Fabiano da Matta
Lucas Trevisan

Comunicação social

Andreia Fanzeres
Ximena Morales Leiva

Apoio institucional

Rosa Maria Monteiro

EXPEDIENTE

Edição

Andreia Fanzeres

Revisão

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto

Foto da capa:

Marcelino Soyinka/OPAN

Projeto gráfico:



www.irisdesign.com.br

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA

Av. Ipiranga, 97, Bairro Goiabeiras, Cuiabá – MT, CEP 78032-035

Telefone: 55 (65) 3322-2980

Fax: 55 (65) 3322-4161

comunicacao@amazonianativa.org.br

facebook.com/amazonianativa

twitter: @amazonianativa

www.amazonianativa.org.br

APOIADORES









apoio



EMBAIXADA DA NORUEGA

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA
AV. IPIRANGA, 97, BAIRRO GOIABEIRAS, CUIABÁ - MT - CEP 78032-035
TELEFONE: 55 (65) 3322-2980 | FAX: 55 (65) 3322-4161
WWW.AMAZONIANATIVA.ORG.BR